



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 22170149

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579

ID (PAC):

Autorização 22157160

A. Descrição sucinta da necessidade

Contratação de empresa de engenharia para a realização dos estudos/ensaios complementares necessários à elaboração dos projetos do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO.

CNAE: 7119-7/01

CATSER: 21369

B. Justificativa expressa para a contratação

A contratação é necessária para/porque *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

O Manual para Contratação de Projetos da Justiça Federal informa que "*caberá à Administração fornecer aos licitantes/projetistas todos os dados referentes aos serviços preliminares ao projeto, tais como o Programa Arquitetônico detalhado; levantamento planialtimétrico e sondagem do terreno*". Dessa forma, é necessária a contratação dos ensaios/estudos complementares que subsidiarão a elaboração dos projetos do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO.

Os estudos/ensaios complementares do terreno são fundamentais para a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO que serão confeccionados pela equipe técnica da Secretaria de Gestão de Obras do Conselho da Justiça Federal.

A não contratação implicará *(expor as consequências advindas da não contratação)*

A não contratação do objeto pretendido poderá acarretar os seguintes riscos e consequências:

- Atraso na elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia do sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO pela equipe da Secretaria de Gestão de Obras do CJF.

C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

O serviço é necessário para o prosseguimento da construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO que foi contemplado no programa estratégico de construção de Subseções da Secretaria de Gestão de Obras do Conselho da Justiça Federal.

O construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO se alinha ainda com os seguintes Objetivos Estratégicos da Justiça Federal da 1ª Região:

- Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa;
- Aprimorar a estrutura organizacional da área judicial;
- Elevar a qualidade dos serviços prestados;
- Fortalecer o clima organizacional e promover o bem-estar de todos.

D. Proposta de solução

D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado

Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das consultas (doc. SEI)
-------------------	---	--	---

D.2. Estimativa de preços das soluções encontradas

Todos os custos para a execução do serviço pretendido foram obtidos por meio de tabelas referenciais oficiais (SINAPI, AGETOP etc).

O orçamento e seus anexos seguem as diretrizes e orientações da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013 e do Art. 9º da Resolução CNJ N. 114/2010

Os valores estimados encontram-se apresentados nos Anexos II a IX:

- Desonerado: R\$ 69.896,02 (sessenta e nove mil oitocentos e noventa e seis reais e dois centavos);
- Não desonerado: R\$ 66.669,45 (sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Será considerado, nesta contratação, o valor NÃO DESONERADO por ser mais vantajoso para a administração pública.

D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

Solução única no mercado, definida por meio de normas da ABNT.

D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Não é viável parcelar a contratação, pois:

- Com o parcelamento dos serviços há considerável aumento dos custos de mobilização e desmobilização, custos de administração central e custos de realização de diversas licitações.
- Os serviços a serem executados são comumente executados por uma única empresa de engenharia.
- O objeto só atenderá o objetivo da Administração quando entrega em sua totalidade, dessa forma gerenciar mais de uma contratação poderá causar atrasos, problemas de compatibilização nos documentos fornecidos e dificuldades de responsabilização no caso de falhas.

D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível em que cada item ou lote de licitação tiver valor estimado superior a R\$ 80.000,00)

Não se aplica, já que não se trata de uma contratação para a aquisição de bens de natureza divisível, conforme [Decreto 8.538/2015](#).

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)

Requisitos qualitativos:

1.1. O rol de serviços necessários, incluindo as normas pertinentes, são listados abaixo:

- NBR 8036 - PROGRAMAÇÃO DE SONDAGENS DE SIMPLES RECONHECIMENTO DOS SOLOS PARA FUNDAÇÕES DE EDIFÍCIOS;
- NBR 6484 - SONDAGEM DE SIMPLES RECONHECIMENTO COM SPT - MÉTODO DE ENSAIO;
- NBR 13.133 - EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO;
- NBR 13969:1997 - TANQUES SÉPTICOS - UNIDADES DE TRATAMENTO COMPLEMENTAR E DISPOSIÇÃO FINAL DOS EFLUENTES LÍQUIDOS - PROJETO, CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO - ANEXO A

1.2. Os serviços de estudos/ensaios complementares correspondem a serviços comuns de engenharia por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.3. Trata-se de aquisição singela executada somente uma vez durante a confecção dos projetos.

1.4. A contratação pretendida **é restrita a pessoas jurídicas**, já que há a exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

1.4.1 Cabe destacar que a execução será desempenhada por múltiplos profissionais, conforme apresentado nos Anexos (21016791 e 21021296), sendo assim, há uma motivação técnica que impede a contratação de pessoas físicas, já que uma só categoria profissional não abarca a competência técnica necessária para a elaboração de todos os projetos e demais partes contratadas.

Requisitos quantitativos:

2.1. As quantidades foram obtidas conforme as normas aplicáveis e encontram-se detalhadas nos Anexos II a IX;

2.2. O pré-agendamento da vistoria deverá ser realizado pelo telefone (62) 3226-1648 ou e-mail seeng.go@trf1.jus.br, Setor de Engenharia (Seeng), responsáveis - Janaína, Lourival ou Joaquim;

2.3. A execução dos serviços será iniciada no próximo dia útil a contar da data da Ordem de Execução de Serviço;

2.4. A avaliação da execução do objeto utilizará os Instrumentos anexos ao Termo de Referência - Planilhas Orçamentárias (21016791 e 21021296) e Cronogramas (21016803 e 21021324);

2.5. Prazos para recebimento provisório e definitivo:

2.5.1 Provisório: até 15 (quinze) dias corridos após a entrega da documentação referente ao objeto;

2.5.2 Definitivo: até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços.

2.6. CONFORMIDADE E CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA CONTRATADA

6.1.1 Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e urbanismo - CAU, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste área de atuação compatível com a elaboração de projetos de arquitetura, emitida pelo conselho da jurisdição da sede da licitante.

6.1.1.1 As certidões de registro da empresa no CREA ou no CAU emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet).

6.1.2 Para comprovação da capacidade técnica a empresa deverá apresentar pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a CONTRATADA realizou levantamento planialtimétricos com no mínimo 3.000,00 (três mil) metros quadrados;

6.1.3 É admitida a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas diferentes e/ou em projetos de edificações distintas, para a comprovação de que a CONTRATADA executou os serviços relacionados nos itens 6.1.2.

E.2. Critérios de sustentabilidade

Com relação aos critérios de sustentabilidade, informamos que os ensaios a serem executados não envolvem a materiais descartáveis (reagentes, invólucros, etc) sendo utilizados basicamente equipamentos e recipientes coletores permanentes.

E.3. Critérios de acessibilidade

Não se aplicam critérios de acessibilidade na contratação em tela.

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos (nos casos de licitação que compreendam bens permanentes e/ou bens de consumo)

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

Obtenção de desenhos técnicos e relatórios dos ensaios realizados no terreno onde será executada a futura sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO.

Esses documentos irão subsidiar os projetos de arquitetura e engenharia que serão elaborados pela Secretaria de Gestão de Obras do Conselho da Justiça Federal.

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Considerando a não realização recente de contratações desta natureza pela SJGO esta aquisição será considerada como aquisição inédita.

A elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia pela equipe do CJF depende da conclusão dos serviços a serem executados pela contratação em tela.

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

A solução escolhida não implica em alterações no ambiente do órgão.

F.4. Descrição integral da solução

A descrição integral da solução é apresentada no Anexo I - Memorial Descritivo (21016704).

G. Declaração de viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico desenvolvido, declaramos que a solução apresentada é viável de prosseguir e ser concretizada, pois:

☐ A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada, já estava prevista dentro das atividades de confecção dos projetos do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO;

☐ A escolha da solução está justificada no corpo do estudo técnico preliminar;

☐ Todos os custos para a execução do serviço pretendido podem ser obtidos por meio de tabelas referenciais oficiais (SINAPI, SBC etc).

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Junio Fonseca Dias, Engenheiro(a)**, em 03/02/2025, às 17:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Paulino da Silva,**



Supervisor(a) de Seção, em 03/02/2025, às 17:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **22170149** e o código CRC **D72171B1**.

Rua 19, nº 244 - Bairro Setor Central - CEP 74030-090 - Goiânia - GO - www.trf1.jus.br/sjgo/
0003174-50.2024.4.01.8006

22170149v2